

VISÃO DO CORREIO

Paralisia infantil ainda preocupa

Sousa, na Paraíba, registrou, em 1989, o último caso de poliomielite no Brasil. Encerrava-se, há 35 anos, a disseminação de uma doença altamente contagiosa cujas sequelas marcam o corpo e a memória de quem testemunhou os surtos ocorridos no país desde 1968. No período, foram 26.827 casos de infecção por poliovírus, que, em casos graves, leva a paralisias irreversíveis — a maioria em crianças. Cinco anos depois do caso paraibano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerou que a poliomielite tinha sido oficialmente eliminada do território nacional. Agora, a mesma agência das Nações Unidas alerta que o Brasil faz parte da lista de países com risco “altíssimo” de retorno da também chamada paralisia infantil, o que demanda uma reação rápida e bem-estruturada das autoridades de saúde.

A baixa cobertura vacinal é o principal motivo para essa situação de alerta máximo. Desde 2016, a taxa de imunização do Brasil está abaixo da meta de 95%, aumentando o risco de retorno da circulação do poliovírus. Em 2021, 71% do público-alvo — crianças abaixo de 5 anos — foi imunizado. No ano seguinte, o número subiu para 77% e chegou a 86% em 2023, segundo o Ministério da Saúde. Algumas unidades da Federação se aproximaram ainda mais do patamar recomendado pela OMS, ultrapassando a cobertura de 90%, como Ceará, Piauí, Santa Catarina e Distrito Federal. Há de se destacar o esforço do novo governo para reverter um movimento de negação aos benefícios das vacinas que ganhou força com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Surge, agora, um novo desafio. O Ministério da Saúde vai substituir as duas doses de reforço com gotinhas por uma dose injetável. A pasta argumenta que a decisão é baseada em evidências científicas e segue recomendações internacionais para deixar o esquema vacinal ainda mais seguro — Estados Unidos e

países da Europa adotaram o novo modelo, por exemplo. Não se pode desconsiderar, porém, que há a possibilidade de poucas informações sobre a mudança virarem combustível para a disseminação de fake news, podendo, inclusive, comprometer os avanços recentes na imunização.

Considerando que a mudança ocorrerá até o próximo dia 4, como anunciou o ministério, a adoção, o quanto antes, de uma campanha robusta sobre os benefícios do novo esquema vacinal da poliomielite pode ajudar a conter possíveis efeitos do negacionismo. O próprio Zé Gotinha, uma marca nacional da luta contra a paralisia infantil e que não será aposentado pelo governo, pode impulsionar uma investida federal de esclarecimento sobre o novo protocolo, evitando que esse processo se limite a iniciativas no âmbito estadual ou municipal.

Uma mobilização de grandes proporções também se justifica pelo fato de os países vizinhos voltarem a registrar casos de paralisia infantil. Um bebê indígena do Peru foi diagnosticado com a doença em março do ano passado. O distrito em que ele vive fica a cerca de 500 km da fronteira com o Brasil. Em 2018, um surto de poliomielite na Venezuela também acendeu o sinal vermelho entre médicos brasileiros. Os venezuelanos estavam livres da doença havia 30 anos.

Áreas fronteiriças representam um risco ainda maior de reintrodução do poliovírus no Brasil porque nesses lugares há a combinação de baixa cobertura vacinal e grande fluxo de pessoas e mercadorias, favorecendo a circulação desse patógeno altamente contagioso. A região das Américas foi a primeira do mundo a eliminar a paralisia infantil, conquista comemorada em todo o 24 de outubro, Dia Mundial de Combate à Poliomielite. O Brasil, como uma liderança regional, precisa dar o exemplo. Vacinar as suas crianças é expressão de afeto, de respeito à vida e à coletividade.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.af@dabr.com.br

Invasão de privacidade

Chega a ser uma afronta à privacidade dos segurados pelo INSS. Supostos representantes de bancos comerciais ligam oferecendo crédito, portabilidade de empréstimos consignados e outros serviços. Indagados sobre como conseguiram o nosso nome e número do celular, a resposta é a mesma: “por meio do INSS”, o que sinaliza a abertura dos dados pessoais do segurado às instituições bancárias e, provavelmente, a outros segmentos, mesmo quando o aposentado tem conta em outro banco para receber o seu benefício. Em tese, essa libertinagem, que autoriza e infla a quantidade absurda de atitudes invasivas de prováveis representantes de instituições financeiras, alimenta golpes que vitimizam idosos e outras camadas da sociedade menos esclarecidas. Está na hora de o governo, principalmente o INSS, garantir a privacidade dos cidadãos. A meu ver, essa liberação de informações pessoais é uma associação criminosa, que pode resultar em grande prejuízo aos desavisados. Passou da hora de as autoridades terem mais respeito com os cidadãos, impondo mais rigor à preservação dos dados pessoais, evitando a invasão nas transações financeiras dos contribuintes. Desculpem-me a ousadia, mas acho que esses ataques seriam tema de uma boa reportagem para os meios de comunicação, enfatizando a indignação de aposentados e outras categorias de segurados. Quem precisa de dinheiro sabe a que banco recorrer.

» João Ariel Lima
Sobradinho

Papel dos senadores

Bolsonaro admite lançar o nome de Michell e para disputar o cargo de senadora da República. Fico pasmo ao constatar a desimportância com que os políticos tratam o cargo de senador. É tão importante, que um senador não é o representante dos eleitores que o elegeram: essa função é exercida pelos deputados federais, no Congresso Nacional, ou pelos deputados estaduais, junto ao Executivo estadual. O senador está acima disso, ao representar o seu estado diante da cúpula do governo federal, haja vista que são somente três por estado, seja esse estado São Paulo, Minas Gerais, o Piauí seja o Acre. Por isso acho, data vênica, que o cargo de senador deveria ser escolhido pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado, ficando como suplentes os menos votados e acabando essa figura esdrúxula do suplente ser uma mãe, um cunhado ou um financiador da campanha do eleito.

» Paulo Molina Prates
Asa Norte

Eixão do Lazer

O Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal (DER-DF) não planeja as vias, as sinaliza de forma falha, não trabalha por um trânsito melhor e está, agora, refazendo as suas obras mal planejadas. Mas quer travar o Eixão do Lazer, diversão em uma via que não tem circulação aos domingos e feriados. Vai entender!

» André Freitas
Brasília

Desabafo

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Um legado de imensa sensibilidade poética. Vai-se um poeta magnífico. Paz e luz ao poeta Antonio Cicero!

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Agora, tenho certeza de que o Lula é cabeça-dura e coração mole.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Infelizmente, a nossa capital não está preparada para receber um temporal igual ao que caiu na tarde do dia 22. Semáforos com defeitos, engarrafamentos gigantescos e muita água parada.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Caso Marielle: os presos atacam o delator, mas não provam que nada tiveram com o assassinato da vereadora.

Mariêda Alves — Asa Norte

É inadmissível que um cidadão, como o atirador de Novo Hamburgo, tenha em seu poder quatro armas registradas e mais uma quantidade enorme de munições.

Paulo Machado — Rio Grande do Sul

Um dos maiores poetas e letristas deste país, Antonio Cicero morreu como quis, sem perder a dignidade, porque o capitalismo nos quer decrepitos para alimentarmos o ciclo de gastos altíssimos com tratamentos paliativos.

Wanderlei Costa — Brasília

Eu já fiz impermeabilização do sofá e nunca soube desse perigo de incêndio. Tem que existir uma política de mais informação!

Gláucia Coelho — Brasília

Governos, não se omitam de suas responsabilidades. Quem deve controlar o setor elétrico é o poder público.

Ricardo Beserra — Brasília

Erramos

» Diferentemente do que foi publicado na edição de ontem deste jornal (página 18, do caderno *Cidades*), em reportagem sob o título *Cuidados com o corpo em debate*, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, não fará a abertura do evento *CB.Debate* — Câncer de mama: uma rede de cuidados, que ocorre hoje, a partir das 14h30, no auditório do Correio Braziliense.



CIDA BARBOSA
[cidabarbosa.df@dabr.com.br](mailto:cidad Barbosa.df@dabr.com.br)

Persistente violação de direitos

Um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o de número 8, versa sobre “Trabalho decente e crescimento econômico”. A meta, assumida pelos 193 países-membros da entidade, é “promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”. O tópico 8.7 desse ODS destaca o compromisso de acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025.

O Brasil é um dos signatários do documento, mas, com 2025 às portas, estamos longe de cumprir o pacto. Verdade que, no ano passado, o país reduziu em 4,2% o número de crianças e adolescentes no trabalho infantil, como mostrou pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o menor patamar desde 2016, quando teve início a coleta de dados a respeito do tema. Mesmo assim, ainda há cerca de 1,6 milhão de meninas e meninos, de 5 a 17 anos, que enfrentam uma labuta diária.

Também segundo a pesquisa, uma em cada cinco crianças e adolescentes trabalhava 40 horas ou mais por semana. E 586 mil deles exerciam, no ano passado, as piores formas de trabalho

infantil, relacionadas na Lista TIP — que inclui 93 atividades prejudiciais à saúde e à segurança.

Eles são explorados, por exemplo, em canaviais, olarias, carvoarias, matadouros. Assumem funções arriscadas e pesadas para a idade deles, estão sujeitos a mutilações, a adoecerem, a terem o desenvolvimento prejudicado. O trabalho doméstico, naturalizado no país, também é uma ameaça. Além de jornadas longas e exaustivas, eles ficam sujeitos a todo tipo de abuso, inclusive sexual.

O trabalho rouba a infância e a dignidade, perpetua o ciclo de pobreza. Mesmo estudante, a criança ou adolescente nessa situação terá defasagem escolar. Assim, restará para eles empregos precários na idade adulta.

A secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Katerina Volcov, enfatizou que, para combater esse problema grave, “são necessárias mudanças na legislação, participação mais efetiva e articulada entre ministérios e investimentos nas políticas públicas e nas ações de fiscalização”.

Proteger crianças e adolescentes deveria ser prioridade das autoridades públicas, das famílias, de toda a sociedade. É uma lástima para nosso país estar ainda tão longe de erradicar esse mal.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / (61) 3214.1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br